



# 30<sup>º</sup> CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

**Bibliotecas Fortes:**  
**Sociedade Democrática Recife, PE**

Eixo 5 – Gestão e Liderança em Movimento

Modalidade: trabalho completo

## **Programa Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas: Protocolo para Formação Interdisciplinar voltado à Educação e Cidadania**

*Community of Practice in Public Libraries Program: Protocol for Interdisciplinary Training focused on Education and Citizenship*

**Daniele Achilles Dutra da Rosa** – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

**Resumo:** Trata do Programa Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas, protocolo teórico, metodológico, pedagógico e ético voltado à educação e cidadania. Indica as relações entre bibliotecas, cultura e sociedade, destacando-as como espaços plurais com funções sociais e políticas. Define-se como pesquisa social exploratória, descritiva, qualitativa. Utiliza a pesquisa bibliográfica e o método COP. Explica o Protocolo COP, COPBP e COP – Eixos de Atuação, processos formativos assentados na arquitetura formativa singularizada. Conclui que o Protocolo COPBP auxilia bibliotecas por engendramentos formativos, através da consultoria da Equipe COP, posicionando resoluções junto às comunidades, afirmando essas instituições como espaços para as relações sociais, construção dos modos de vida, com vistas no fomento da educação e cidadania.

**Palavras-chave:** Comunidade de Práticas. Bibliotecas Públicas. Protocolo Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas. COPBP – Processos formativos.

**Abstract:** It deals with the Community of Practice in Public Libraries Program, a theoretical, methodological, pedagogical and ethical protocol aimed at education and citizenship. It indicates the relationship between libraries, culture and society, highlighting them as plural spaces with social and political functions. It is defined as exploratory, descriptive and qualitative social research. It uses bibliographical research and the COP method. It explains the COP Protocol, COPBP and COP - Axes of Action, training processes based on singularized training architecture. It concludes that the COPBP Protocol helps libraries through formative engenderings, through the consultancy of the COP Team, positioning resolutions with communities, affirming these institutions as spaces for social relations, construction of ways of life, with a view to fostering education and citizenship.

**Keywords:** Community of Practice. Public Libraries. Community of Practice in Public Libraries Protocol. COPBP - Training processes.





## 1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas públicas brasileiras, ao longo de sua trajetória histórica, foram adquirindo uma série de funções, mesmo que sua acepção tradicional sempre estivesse relacionada ao seu corte educacional e cultural. Mueller (1984) ao analisa a natureza e complexidade da função social delas e associou a emergência desse tipo de biblioteca, no século XIX, às transformações decorrentes dos processos de industrialização e urbanização e, com isso, a autora expôs que “a perspectiva através da qual as primeiras bibliotecas públicas foram vistas mostra claramente a natureza da expectativa de seus patrocinadores (Mueller, 1984, p. 9). Tal como ocorreu no Brasil, com o surgimento da biblioteca pública, em 1811, em Salvador, na Bahia.

As primeiras bibliotecas públicas brasileiras foram erguidas e sustentadas por subscritores, armazenavam obras em francês, espanhol, inglês, em virtude da transferência de acervos vindos de Portugal. Provia acesso apenas a ‘elite letrada’ (isto é: homens brancos alfabetizados) por meio de pagamento de assinatura, excluindo, assim, a população indígena e afrobrasileira. Mueller (1984, p. 17) afirma que “o aparecimento das bibliotecas públicas foi estimulado por objetivos bem definidos, que representavam uma mudança radical dos objetivos tradicionais das bibliotecas eruditas”. Desse modo, a autora enfatiza a visão tradicional de biblioteca, na qual a função educativa seguiu como um dos motes para a existência e desenvolvimento do processo de expansão das bibliotecas públicas.

Enquanto instituições sociais, as bibliotecas públicas, segundo Mueller (1984) deveriam contribuir significativamente para a ordem social e para a manutenção da democracia, conforme *ethos* ditado pelos Estados Unidos, a partir do século XIX. Com as mudanças econômicas, políticas, culturais e, sobretudo informacionais novas práticas sociais, de tempos em tempos passaram a exigir que as bibliotecas públicas se adaptassem acumulando novas funções (lazer, mediação, responsabilidade social, dentre outras). Com isso, é possível afirmar que uma biblioteca pública sempre é plural, principalmente no contexto latino-americano.

Atualmente, com o impacto dos processos democráticos, do neoliberalismo, da ampliação do acesso à internet e os desafios impostos pela cultura da convergência (o uso complementar de diferentes mídias, a produção cultural participativa e a inteligência



coletiva), fundamentado por Jenkins (2009), e a realidade da inteligência artificial assistimos aos efeitos da aceleração do tempo nos processos de sociabilidade e cotidianidade. E, para além disso, aspectos como: o incentivo ao uso de espaços privados em detrimento de espaços públicos; o individualismo; e, uma intensa necessidade de diferentes modos de letramento em virtude do excesso de informação gerada, disseminada e consumida vem moldando práticas sociais e culturais atravessadas por excessos. Tudo isso, nos leva a um questionamento: o que será da biblioteca pública brasileira no futuro?

Esse questionamento aponta para uma constatação: as bibliotecas públicas brasileiras ainda estão desconectadas da vida, do cotidiano e da realidade dos sujeitos. Achilles e Silva (2019) marcaram, a partir das elaborações de Marc Augé (2012), a biblioteca pública como não lugar (aqueles espaços onde os sujeitos não se apropriam dele; são como espaços transitórios, onde o sujeito não sente pertencimento e não se identificam). Por outro lado, as crescentes desigualdades sociais em virtude de uma cultura de privilégio desde os tempos da colonização, foi fundamentando também mecanismos de exclusão social demarcando o racismo cultural e a misoginia, por exemplo. Esses aspectos revelam, de certo modo, as hierarquizações nos processos e dinâmicas de acesso à informação conformadas pelas estruturas de poder vigente, que garantem as condições de subalternização de parte da população. Tudo isso foi também balizando o cenário de vulnerabilidade em informação e pondo as funções das instituições em xeque. Mas, como olhar para as bibliotecas públicas brasileiras no tempo presente?

Para esse segundo questionamento, talvez seja relevante, ativar brevemente elementos da perspectiva sociológica, os quais bibliotecas públicas, profissionais e a própria sociedade possa refletir sobre o desenvolvimento de uma “cultura de biblioteca” (simbólica, material, social, intelectual, patrimonial, ou mesmo, posicionada pelas singularidades do território onde uma biblioteca pública está instalada).

A denominação ‘cultura de biblioteca’ pode anunciar o modo como as práticas sociais e culturais são pautadas nesse tipo de instituição social. O que significa uma reversão no *modus operandis* brasileiro praticado desde então. Alfaro López (2008; 2010) nos alerta para uma desconexão teórico-prática da biblioteca, e, Achilles (2018) reafirma essa via de compreensão, demarcando a importância de uma mudança de



lógica, ou seja: que o alinhamento teórico-prático só é possível, quando, a partir do manejo das experiências e vivências da comunidade em relação a cultura de biblioteca. Desse modo, cabe chamar atenção para: são os grupos sociais e a comunidade que constroem os repertórios comunitários culturais através da produção, disseminação e uso da informação. E, tudo isso, considera o alinhamento entre os saberes, conhecimentos e práticas.

Trabalhar a partir de uma perspectiva na qual os repertórios comunitários (isto é: as práticas cotidianas, as relações sociais, os aspectos situacionais do território, dentre outros elementos) ‘oxigenam’ as práticas e teorias acadêmicas revertendo, no caso das bibliotecas públicas, a lógica de construção de uma ‘cultura de biblioteca’ pautada nos atravessamentos entre práticas, teorias e saberes locais. Comumente, as diretrizes nacionais ou internacionais são seguidas por essas instituições sem a devida compreensão do que cada um desses ditames representa para cada biblioteca; e, na tentativa de alcançar tais marcações, essas instituições se colocam em um estado de crise (perdidas entre o que são e o que deveriam ser). Dito isso, essa comunicação aviva o sentido indivíduo – biblioteca; sujeito – biblioteca; comunidade – biblioteca, fazendo emergir a ideia de que biblioteca são pessoas. Assim, a perspectiva sociológica, adaptativa e associativa contribui também para a afirmação e empoderamento do *ethos* comunitário, assim como do reconhecimento da biblioteca como um território de possibilidades para o exercício da cidadania.

Mas, onde entra a Comunidade de Práticas aqui? Esta comunicação apresenta a seguinte questão norteadora: Qual método de formação poderia transformar as bibliotecas públicas brasileiras em espaços educativos para o exercício da cidadania e diminuição das desigualdades sociais? A inquietação na forma de questionamento deu origem ao Protocolo Comunidade de Práticas em Bibliotecas (COP) e, neste caso, à segunda dimensão: Protocolo Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas (COPBP). O desenvolvimento do referido protocolo se deu a partir de pesquisas e projetos extensionistas que se iniciaram em 2018, e, no ano de 2024, se apresentam de outra forma: um protocolo geral de processos formativos singularizados para bibliotecas com vistas no diagnóstico situacional e nas condições do território.

Sendo assim, o objetivo desta comunicação é apresentar o Protocolo Comunidade de Práticas para Bibliotecas Públicas, como um Protocolo Teórico, Técnico,



Metodológico, Pedagógico e Ético voltado às bibliotecas públicas e escolares, podendo ser aplicado a qualquer tipologia, mediante avaliação da Equipe COP. Com base nisso, esse texto conta com a seguinte organização: seção 1: Introdução; seção 2: Biblioteca, Cultura e Sociedade; seção 3: Caminhos Metodológicos; seção 4: COP e COPBP; seção 5: Considerações Possíveis.

## **2 BIBLIOTECA, CULTURA E SOCIEDADE**

A cultura, conceito complexo e de difícil delimitação, tem uma lógica e dinâmica própria conforme demonstra Roque Laraia (2001); está inserida nas disputas presentes nos jogos de poder, quando associada a uma perspectiva foucaultiana de pensamento. A cultura material, por exemplo é direcionada a geração de bens necessários à própria engrenagem de seu funcionamento. A cultura social está presente diante do conjunto de normas voltadas à regulamentação organização social. A cultura intelectual é marcada pelos sistemas ideológicos que pautam o valor da cultura. E uma cultura capitalística, conforme aponta Guattari e Rolnik (2005, p. 21): “uma cultura enquanto esfera autônoma só existe em nível dos mercados de poder, dos mercados econômicos, e não em nível da produção, da criação e do consumo real”. E, assim, cabe a seguinte pergunta: Que tipo de produção gera uma biblioteca pública? O que caracteriza uma produção capitalística nesse contexto? Guarrari e Rolnik (2005) nos responde que através do controle dos modos de subjetivação. Assim, será que as bibliotecas públicas incentivam a produção subjetiva, a criação, produzindo um empoderamento comunitário? Elas se converteriam em instituições que colocam em xeque as configurações do neoliberalismo? Tudo isso é passível de reflexão e criticidade para profissionais e pesquisadores do campo da Biblioteconomia Pública.

Shera (1933) afirma que a biblioteca necessita ser estudada à luz da sociologia, da economia e de tantas outras áreas do conhecimento humano. O teórico também aponta que a organização de uma cultura é uma vasta trama com atividades interrelacionadas e recíprocas, no entanto, diversas e, muitas vezes, determinada pelas instituições sociais, como as bibliotecas públicas. Essa instituição estabelece também normas de conduta aos indivíduos, gerando padrões de comportamentos às pessoas e usuários reais, potenciais e remotos. Nesse sentido, as instituições sociais podem agir



individualmente ou coletivamente, tudo isso depende do *éthos* sociocultural do território onde elas estão instaladas.

Os manifestos da IFLA/UNESCO (1949; 1972; 1994; 2022) sobre bibliotecas públicas apontam que essas instituições devem ser vistas como agência social com a finalidade de suprir as necessidades dos usuários. Agência essa, muitas vezes, que modula e condiciona o acesso à informação e ao conhecimento, contribuindo para a manutenção da divisão dos estratos e estrutura social. Medeiros (2010, p. 13) afirma que as bibliotecas públicas “representam instituições vigorosas, consideradas basilares na organização social” [...] “fornecem o acesso ao conhecimento sem restrição a qualquer tipo de pessoa, e sem qualquer distinção”. A autora se apoia nas marcações do Manifesto IFLA/Unesco de 1994, no entanto, é possível entender através da história das bibliotecas públicas brasileiras que sua instalação na sociedade produziu afirmação de determinados grupos sociais em detrimento de outros. E, para além disso, a autora afirma as bibliotecas públicas como:

instituições que se aproximam cada vez mais da condição de espaços plurais, oferecendo serviços que atendam à diversidade social e cultural de seus países. Elas acompanham as expectativas da comunidade e as suprem no acesso ao conhecimento, cuja necessidade muitas vezes não tinha sido sequer destacada nesta nova sociedade da informação.

Medeiros (2015) enumerou também uma série de questionamentos direcionados à investigação sobre estratégias para políticas públicas de cultura e educação. Contudo, a autora, em sua tese de doutorado, demarcou também o cenário de crise das bibliotecas públicas:

Porém, nova crise se abateu sobre as bibliotecas públicas no final do Século XX e na primeira década do Século XXI, provenientes de diversos deflagradores. O primeiro foi a intensificação dos usos das tecnologias de informação e comunicação (TIC), que tem suscitado o questionamento da continuidade da instituição. Questiona-se o seu papel num mundo totalmente digital, sem livros físicos. O usuário, acostumado com a rapidez da Internet, tenderia a considerar a biblioteca pública ultrapassada.

[...]

As instituições encontram-se ameaçadas com a redução de pessoal, de atividades, de horário de atendimento ou até mesmo com o fechamento de bibliotecas municipais e seus ramais (Medeiros, 2015, p. 27).

Medeiros (2015) também indicou que países europeus, por exemplo, foram produzindo material sobre a sobrevivência das bibliotecas públicas face a um momento de grave crise econômica. O que se pode perceber é que bibliotecas públicas do mundo inteiro sofreram as consequências dessas mudanças globais. Mas, no contexto brasileiro,





cabe destacar que não foi somente marcado pelas questões globais recentes, essas bibliotecas já carregavam os estigmas herdados pela colonização que foram se alinhando aos desafios impostos a introdução das tecnologias de informação e comunicação; as crises econômicas, sociais e políticas; as mudanças nas práticas devido a realidade multicultural e afirmação das pluralidades; o uso cada vez maior de redes sociais online; o incentivo ao uso de espaços privados ao invés de públicos; o individualismo produzido pelo neoliberalismo; as crescentes desigualdades sociais; aos novos mecanismos de exclusão social, dentre outros elementos.

Ao definir a biblioteca pública como espaço de memória, experiências e vivências, Achilles (2018) destaca a biblioteca não somente como um fenômeno social e cultural, mas como uma instituição com responsabilidade social. Parada, no artigo *Bibliotecología y Responsabilidad Social*, ressalta que:

La biblioteca publica, pues, dentro de esta concepción humanista, era aceptada como la máxima expresión cultural de una nación. Un país sin bibliotecas publicas desarrolladas en todos los estamentos sociales, estaba condenada, en el discurso bibliotecario de la época, al fracaso estructural de su enseñanza. Las campañas en favor de la lectura, tanto en sus aspectos formativos como recreativos, proliferaban a lo largo y a lo ancho de la mayoría de los países latinoamericanos, siguiendo, en muchas ocasiones, el ejemplo de Estados Unidos, cuyo principal objetivo se centraba en la necesidad de lograr *una nación de lectores*. En ese entonces, la biblioteca y los bibliotecarios eran vistos como agentes sociales indiscutidos para promover la educación permanente y la movilidad social. De este modo, el fin último de las bibliotecas consistía en impulsar una democracia cada vez más justa y representativa. La biblioteca emergía así como un muro de contención de la pobreza. Por otra parte la solidaridad y el humanismo cristiano (o el humanismo propio de cada religión) rescataba la misión casi sagrada de esta institución como bien común del Estado para ser distribuido entre todos los ciudadanos (Parada, 1999, p. 68).

Parada (1999, p. 68) questiona que alguns elementos voltados a discussão sobre a face administrativa da biblioteca acabaram tornando-se ‘moda’ (tendência) opondo-se ao “modesto desenvolvimento bibliotecário da América Latina”. O autor afirma um paradoxo paradigmático, como uma inflexão na conjuntura de crise anunciando “a perda do equilíbrio profissional, a capacidade de refletir e colocar as coisas no seu lugar” (Parada, 1999, p. 69, tradução nossa). A esse respeito Bentancur Bentancur (1996, p. 162) afirma:

el único modo de recuperar parte del equilibrio perdido consiste en rescatar nuevamente la dimensión social y democrática de las bibliotecas, para lograr, en nuestras naciones, la ‘ciudadanización del individuo [...], la identidad cultural y la participación comunitaria.



Parada (1999, p. 70, tradução nossa) marca o exercício da profissão voltado a um antagonismo: vivenciamos a profissão de modo mais dinâmico e total ao exercício dela mesma, ou, somos idealistas que preconizam a missão social do que a realidade que nos excede? E, cita Atton (1997, p. 106 *apud* Parada, 1999, p.69): “debemos, pues, velar por ‘una bibliotecología no fundada sobre el elitismo y la hegemonía, sino sobre la comunidad, la resistencia y el progreso’. Essa perspectiva de pensamento instaura um antagonismo pautando a oposição entre o domínio técnico e a formação humanista. No entanto, a Biblioteconomia Pública, a biblioteca pública, o bibliotecário e o pesquisador deste campo devem ser orientados por uma perspectiva mais ampla não centrada na imposição de regras e padrões, mas sim, que aviva, uma mudança de lógica tal como aponta Achilles (2018):

[...] entende-se que a ‘oxigenação’ de um conceito [das funções e usos da biblioteca pública] dependem [essencialmente] do movimento. A sua reatualização provoca o avanço da ciência, fomenta a cidadania, potencializa os sujeitos; impulsiona o desenvolvimento constante de políticas públicas e sua revisão; se coloca como um exercício para os direitos civis e políticos; possibilita a participação; reduz as lacunas existentes entre a [dimensão teórica e prática]; promove ações criativas; incentiva a criação de novos produtos e serviços; preza pela manutenção da memória da comunidade; estimula os processos de aprendizagem; ativa o interesse pela informação, conhecimentos e cultura; propicia a inserção [efetiva] da instituição na vida do sujeito.

Assim, a biblioteca como um fenômeno social e cultural, também um instrumento político, que gera um sistema de apropriação de informações, saberes, práticas e conhecimentos, responsável também pela geração, manutenção, transmissão e preservação da cultura. Nesse tocante, a biblioteca pública, como uma criação social, assentada em uma perspectiva sociológica, reflète a organização social da cultura a partir de suas funções e relações sociais. Além de posicionar tal entendimento abrindo espaço para conhecer as dinâmicas e processos associados às relações de poder; à gestão do conhecimento; às construções práticas marcando posicionamento na construção de uma cultura de biblioteca baseado em processos formativos contínuos.

### **3 CAMINHOS METODOLÓGICOS**

Essa comunicação é resultado de um processo de pesquisa extensionista definida como social, mista, com delineamento exploratório e descritivo quantos aos seus





objetivos, de natureza qualitativa. Utiliza como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica para apresentar a fundamentação teórica e estrutura pesquisa empírica com face extensionista no método comunidade de práticas elaborado por Wenger.

#### **4 COMUNIDADE DE PRÁTICAS EM BIBLIOTEAS (COP) E COMUNIDADE DE PRÁTICAS EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS (COPB)**

Ao compreender que a construção de uma cultura de biblioteca deve estar baseada em processos formativos contínuos, retoma-se a proposta desta comunicação: apresentar novas ideias para o campo da Biblioteconomia Pública, pautando-se no Protocolo “Comunidade de Práticas para Bibliotecas Públicas” (COPBP), que, atualmente, se define como um programa de ensino de boas práticas (bibliotecárias, educativas e comunitárias), associado ao Protocolo do Programa Extensionista Comunidade de Práticas em Bibliotecas (COP).

A partir de investigações sobre o conceito, uso e funções da biblioteca pública no Brasil, em 2018, surgiu a necessidade de materializar ações efetivas que pudessem auxiliar as bibliotecas públicas no enfrentamento da falta de aderência e ressonância social, conforme defende Achilles (2018). O primeiro projeto COP desenvolvido Comunidade de práticas sobre bibliotecas públicas: informação e intercâmbio de experiências, teve como campo empírico de atuação a Rede de Bibliotecas Populares localizadas no município de Niterói (RJ), composta por 06 unidades. Essa primeira fase constitui um período de aplicação, testagem e ajuste do protocolo.

A partir de 2022, foi lançada a segunda fase do Protocolo, através do Projeto denominado “Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas: trajetórias teórico-práticas para a construção das narrativas históricas, identitárias e de memória das bibliotecas populares junto das comunidades do município de Niterói (RJ)”. No final de 2022, foram detectadas novas demandas e esse projeto se converteu no eixo 1 do Programa de Extensão Comunidade de Práticas em Bibliotecas, iniciado em 2023, com mais 04 eixos de formação, a saber: Eixo 1: História, Identidade e Memória; Eixo 2: Acessibilidade; Eixo 3: Produção de Registros Bibliográficos; Eixo 4: Indexação; e, Eixo 5: Tecnologia. O Protocolo COP passou a ser direcionado e singularizado, o que levou ao



desenvolvimento do seu segundo nível: o Protocolo COPBP, voltado para bibliotecas públicas e bibliotecas públicas escolares, uma vez que também passou a ser aplicado na Rede de Bibliotecas Escolares da Prefeitura de Vitória (ES), composta por 52 unidades.

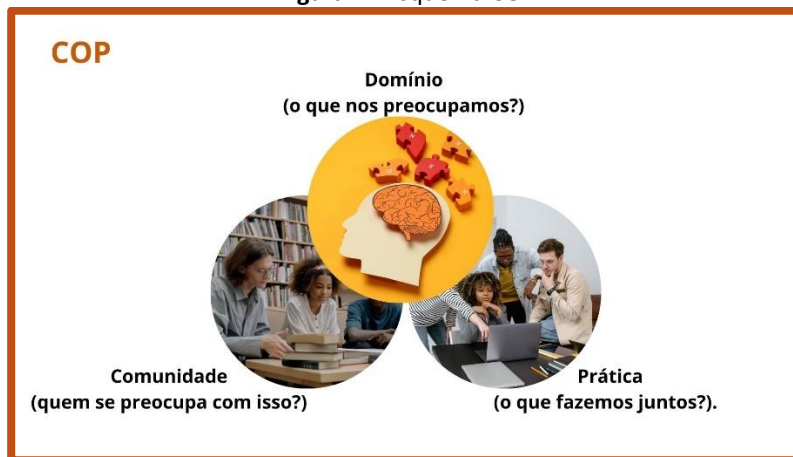
A partir de 2024, o Protocolo COP, através de estudos interdisciplinares passou a ser constituído como um programa teórico-metodológico-pedagógico e ético aplicado às bibliotecas públicas e escolares, baseado na interdisciplinaridade, na interação dialógica, na integralidade e inclusão admitindo as singularidades de cada contexto situacional (social, político, econômico, cultural, informacional, etc.). Assim, o método COP, poderia alinhar ações de ensino, de pesquisa e de extensão possibilitando o desenvolvimento de atividades formativas que impactassem diretamente no desenvolvimento sustentável das bibliotecas com vistas na geração de impacto social efetivo para as comunidades.

O Protocolo COP e o COPBP são fundamentados através do conceito comunidade de práticas presentes na teoria de Wenger (1998; 2002; 2010); Snyder, Wenger e Sousa Briggs (2003) e são trabalhados a partir das perspectivas da Teoria Social, principalmente, da perspectiva social da aprendizagem humana. Nesse sentido, encontram-se alinhados também à Antropologia. Em paralelo, os estudos desenvolvidos para a criação do Protocolo COP e COPBP leva em consideração a sua aplicabilidade, através de processos formativos, associando teoria, prática, contexto situacional e do território onde a biblioteca está instalada.

Uma comunidade de prática pode ser definida como um conjunto de pessoas que possuem interesses em comum, compartilhando informações, saberes, experiências, vivências, conhecimentos e práticas com o objetivo de construir uma rede de aprendizagem individual e coletiva. Uma COP é formada por três dimensões: domínio, comunidade e prática. Sendo assim, configura-se a partir da seguinte representação expressa na Figura 01:



Figura 1 - Esquema COP



Fonte: Adaptação Wenger (2024).

Dada as três dimensões, a teoria social da aprendizagem fundamentada por Wenger (2010) tem como foco investigar o modo como as pessoas em uma determinada comunidade aprendem; destacando a participação como um dos principais elementos no momento de troca de práticas, conhecimentos e experiências. É a partir daí, que novos caminhos são construídos como possibilidades para resolução de problemas trabalhados junto a comunidade.

A aplicabilidade da COP, através de processos formativos, associa teoria, prática e o contexto situacional do território onde a biblioteca está localizada. E, apresenta níveis de processos, a saber: Protocolo COP Geral; Protocolo COPBP (por se tratar de bibliotecas públicas, neste caso); Protocolo COP - Eixo de Atuação. Atualmente, o Programa está organizado conforme a Figura 2:

Figura 2 - Eixos COPBP



Fonte: A autora (2024)



Assim, toda proposta COP, COPBP ou COP-Eixo de Atuação conta com uma fundamentação apresentando o seguinte recorte:

- 1) Teórico (social)
- 2) Metodológico (interdisciplinar)
- 3) Pedagógico (dialógico)
- 4) Ético (integrativo e inclusivo)

Ao trabalhar com aportes teóricos das ciências humanas e sociais, o Protocolo, através da interdisciplinaridade pode apresentar associação com diversas áreas do conhecimento, dada a problemática a ser enfrentada. Nesse sentido, Japiassu (1976) já nos alertava sobre a importância das manifestações do pensamento com base na inter-relação entre os campos do saber. Para além disso, o corte metodológico trabalhado pela Equipe COP, COBP ou COP-Eixo de Atuação é situado também em uma perspectiva dialógica que admite a troca de saberes, diluindo a hegemonia acadêmica, fazendo emergir novas possibilidades de geração do conhecimento através da investigação do *ethos* comunitário.

Dito isso, é possível compreender a organização social pelo espectro das bibliotecas. No tocante, das digressões pedagógicas destaca-se a influência freiriana que marca a emancipação política e de ação transformadora da realidade social através do ato de educar, como nos ensina Freire (2011). Com relação ao posicionamento ético dos Protocolos COP, COPBP ou COP-Eixo de Atuação, destaca-se a face integrativa e inclusiva, ou seja, aquela que reconhece a biblioteca como um espaço democrático, conforme orienta do Manifesto da IFLA/Unesco (2022), acolhendo a todos sem discriminação, afirmando as diferenças. Já a integração na biblioteca demarca um posicionamento voltado para processos de aprendizagem amplos e colaborativos, associando-se ao que Wenger (2002; 2010) construiu. Desse modo, considerando o direito à informação, os referidos protocolos, por meio de processo formativos singularizados, oferecem o desenvolvimento de habilidades individuais e coletivas, intencionando produzir a afirmação social no ambiente da biblioteca.

O ambiente da biblioteca pública tem o papel fundamental de preparar a comunidade para lidar com as questões sociais, políticas e econômicas, desenvolvendo, por meio de ações afirmativas integradoras e inclusivas, os programas voltados à cidadania. O Protocolo COPBP trata-se efetivamente disso: trabalhar o método



desenvolvido no âmbito acadêmico, em processos formativos direcionados aos agentes em interação com a biblioteca, no quais a biblioteca (por meio da formação de seus agentes) reconheça sua falta de aderência e ressonância social, os problemas e desafios e, com isso, possa produzir, através da consultoria COPBP, soluções e construções que garantem a permanência da sua importância, distanciando-se assim, de ser um não-lugar. A aposta desenvolvida nos Protocolos admite soluções para que as bibliotecas públicas se tornem espaços cada vez mais apropriados pelos sujeitos, ou seja, nas palavras de Silva, Achilles e Sabbag (2022), como lugares antropológicos.

O objetivo em explicar a fundamentação destes protocolos em um Fórum Nacional de Bibliotecas Públicas é apresentá-los como uma solução teórica, metodológica, pedagógica e ética, com um olhar especial para os desafios que a Biblioteconomia Pública vem enfrentando dadas as transformações guiadas pelas tecnologias. Além disso, possibilitar a reflexão da importância da integração e inclusão da comunidade nos processos de formação de uma cultura de biblioteca no Brasil, que, mais do que nunca, devem ser sublinhados à luz da socialização e cotidianidade.

Assim, cabe lembrar que a Constituição Brasileira (1988) garante a igualdade entre todos como os “direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, [...]” e, o artigo 205 aponta que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania”. Já o Manifesto da IFLA/Unesco (2022) aponta:

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento social e individual são valores humanos fundamentais. Tais valores só vão ser alcançados por meio da capacidade de cidadãos bem-informados exercerem seus direitos democráticos e desempenharem um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem de uma educação de qualidade e do acesso livre e ilimitado ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.

Corroborando com essas indicações do direito do acesso à informação cabe aqui enfatizar que o Protocolo COP, COPBP, COP-Eixo de Atuação participam de uma ‘arquitetura formativa’ caracterizada pelo conjunto de elementos que perfazem as relações entre o todo, as partes, a estrutura, a natureza, os processos e dinâmicas organizacionais e pedagógicas que a aplicação do Protocolo pode oferecer. Assim, o desenho dos processos formativos é definido como práticas pedagógicas aplicadas em



consonância com o contexto situacional apresentado pelo diagnóstico da biblioteca. Diante disso, os processos formativos aplicados podem ser iniciais, continuados, permanentes ou direcionados, tudo isso dependerá os objetivos institucionais. E, todos esses processos encontram-se engendrados na arquitetura formativa, a que tem sua centralidade nas pessoas (no *ethos* comunitário), e, considera todas as dimensões e interfaces no momento de análise dos problemas e diagnóstico das necessidades. Contudo, essa arquitetura formativa assentada no método COP gera significado, sentido e valor no momento de contato com os agentes. E, por meio das técnicas de escutatório e conversatório, as relações, práticas, saberes e conhecimentos são descritos. Nesse momento, a Equipe COP conseguir situar as demandas localizando o contexto situacional dentro das condições do território em questão. Assim, tempo, espaço, pessoas, práticas, saberes, conhecimentos e experiências vinculam-se as ações e possibilidades concretas, a esse respeito Leontiev (1984, p. 67) afirma: [...] sean cuales fueren ellas, condiciones y formas en que transcurre la actividad del hombre, cualquiera que sea la estructura que elija, no se puede considerar como desgajada de las relaciones sociales, de la vida de la sociedade".

Com vistas nisso, o alinhamento entre ensino, pesquisa e extensão universitária propicia as condições necessárias à investigação das demandas, por via dos fluxos de processos relacionados a cada nível do Protocolo. Desse modo, as demandas socio-informacionais são trabalhadas pela equipe da COP e manejadas em cada processo formativo específico produzindo novos cenários através da aplicabilidade do Protocolo voltado a educação e cidadania.

## **5 CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS**

As bibliotecas públicas brasileiras sofrem com a falta de aderência e ressonância social, contudo, ao trabalhar sob a perspectiva da experiência, Achilles (2018) alerta que o campo da Biblioteconomia Pública deve trabalhar com o conceito biblioteca pública considerando-o como um conceito aberto, em movimento. Essa comunicação, a partir, do questionamento: Qual método de formação poderia transformar as bibliotecas públicas brasileiras em espaços educativos para o exercício da cidadania e diminuição das desigualdades sociais?, ativa uma inquietação que tem impacto em diversas





dimensões. Ao defender o Protocolo COP, COPBP, COP-Eixo de Atuação, desenvolvido no âmbito universitário direcionados a bibliotecas públicas, conforme foi apresentado, o define como um protocolo geral ou singularizado de processos formativos que envolve universidade, biblioteca, comunidade com vistas no diagnóstico situacional e nas condições do território.

A perspectiva trabalhada nesta comunicação destaca as relações entre biblioteca, cultura e sociedade, afirmando, segundo Medeiros (2010; 2015) as bibliotecas públicas como espaços em crise. E, por outro lado, enfatiza a sua função de responsabilidade social, através da associação feita por Parada (1999). Marca a intenção de sempre analisarmos a biblioteca pública como uma instituição plural, compreendo-as como espaços de experiências e vivências, segundo Achilles (2018). A biblioteca pública como um fenômeno social e cultural também está associada a uma dimensão política relacionada obrigatoriamente ao território, participando de processos e dinâmicas associadas às relações de poder, gestão e domínio do conhecimento, desenvolvimento de práticas, bem como na construção da memória da comunidade.

Quanto as indicações metodológicas, a esta pesquisa extensionista social, mista, associa teoria e campo empírico, destacando que os Protocolos relacionados já foram e estão sendo utilizados em rede de bibliotecas públicas e escolares de dois municípios: Niterói (RJ) e Vitória (ES). Assim, por via do alinhamento do ensino, pesquisa e extensão, trabalhos a partir do método COP de Wenger o Protocolo COP, COPBP, COP-Eixo de Atuação foram idealizados, testados, desenvolvidos e avaliados para que possam ser aplicados através de consultoria pela Equipe COP.

A partir do diagnóstico situacional e do território os Protocolos COP, COPBP, COP-Eixo de Atuação alinham as três dimensões (domínio; comunidade; prática) configurando-se em processos formativos singularizados para cada biblioteca ou rede de bibliotecas. Nesse sentido, a fundamentação dos Protocolos está estruturada a partir do recorte teórico (social); metodológico (interdisciplinar); pedagógico (dialógico) e ético (integrativo e inclusivo). Assim, os Protocolos trabalham com a ideia de organização e aprendizagem social, marcada pela influência freiriana, abrangendo uma arquitetura formativa.

Essa comunicação se justifica no Fórum de Bibliotecas Públicas, dentro do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação por apresentar um projeto



representado lançado que envolve ações teóricas, metodológicas, pedagógicas e éticas, com olhar especial para os desafios das bibliotecas públicas brasileiras e do próprio campo da Biblioteconomia Pública. E, ainda considera o Fórum como um espaço de discussão e apresentação de inovações para o campo.

Por fim, cabe dizer que os processos formativos da COPBP podem auxiliar bibliotecas públicas de qualquer instância a partir dos engendramentos formativos alinhados a realidade vivenciada pelas bibliotecas e comunidades, afinal a centralidade do projeto são as pessoas. E, à guisa de conclusões o Protocolo leva em consideração as orientações e recomendações do Manifesto da IFLA/Unesco, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, as marcações do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, trabalhando diversas interfaces afirmando as bibliotecas públicas como espaços para as relações sociais, para a construção dos modos de vida, com vistas no fomento da educação para a cidadania.

## REFERÊNCIAS

ACHILLES, Daniele. **Bibliotecas públicas brasileiras**: sob a perspectiva da memória e experiência. Orientadora: Josaida de Oliveira Gondar. Rio de Janeiro, 2018, 278 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2018.

ACHILLES, Daniele. **Comunidade de práticas em bibliotecas públicas**: informação e intercâmbio de experiências. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2018.

ACHILLES, Daniele. **Comunidade de práticas em bibliotecas públicas**: trajetórias teórico-práticas para a construção das narrativas históricas, identitárias e de memória das bibliotecas populares junto das comunidades do município de Niterói (RJ)”. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2022.

ACHILLES, Daniele. **Comunidade de práticas em bibliotecas públicas**: programa de extensão. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2022.

ACHILLES, D.; SILVA, R. O. da. A biblioteca como não-lugar. Anais...XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Vitória, 2019.

ALFARO LÓPEZ, Héctor Guillermo. El obstáculo epistemológico y la biblioteca, 2008. In.: **XXVI Coloquio de Investigación Bibliotecológica y sobre la información**, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, UNAM, Ciudad de México (México), Jueves, 2 oct. 2008.



ALFARO LÓPEZ, Héctor Guillermo. **Estudios epistemológicos de bibliotecología**. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2010. (Teoría y métodos).

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papyrus Editora, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2024]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 02 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GUATTATI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO, 1949.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO, 1972.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO, 1994.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO, 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 15 jun. 2024.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. Ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1991.

LEONTIEV, A. N. Actividad, conciencia y personalidad. Editorial Cartago de México, S.A. Cerrada de San Antonio Nº 22, 1984.

MEDEIROS, Ana Ligia Silva. Biblioteca e cidadania. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 13, p. 10-45, 2010.

MEDEIROS, Ana Ligia Silva. **Desconhecida pela comunidade e desprezada pelas autoridades**: a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores. Orientadora: Gilda Olinto. Rio de Janeiro, 2015. 175 f. Tese (Doutorado)



em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2015.

MUELLER, Susana P. M. bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **R. Esc. Bibliotecon.**, Universidade de Brasília, v.13, n.1., p. 7 – 54, mar. 1984.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 26 jul. 2024.

PARADA, Alejandro E. Bibliotecologia y responsabilidad social. **Información, cultura y sociedade**, Buenos Aires, n. 1, 1999, p. 65-75.

SHERA, Jesse H. Recent social trends and future libraries policy. In: **The Library Quarterly**, Chicago: University Chicago Press, 1933, vol. 3, n. 4, p. 339-353.

SILVA, Renata Oliveira da; ACHILLES, Daniele y SABBAG, Deise Maria Antonio. Biblioteca pública e o lugar de si e do outro: lugar antropológico ou não-lugar?. **Palavra clave** [online]. 2022, vol.11, n.2, e158.

SNYDER, William M.; WENGER, Etienne; SOUSA BRIGGS, Xavier. Communities of practice in government: leveraging knowledge for performance. **The publicmanege**, vol. 32, n.4, 2003, p. 17-21. Disponível em: <https://www.businessofgovernment.org/sites/default/files/Communities%20of%20Practices.odf> .pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

WENGER, Etienne. Communities of practice and social learning systems: the career of a concept. In.: BLACKMORE, C. **Social learning systems and communities of practice.** London, UK: Springer, 2010, p. 179-198. Disponível em: <https://www.wenger-trayner.com/wp-content/uploads/2022/09/09-10-27-CoPs-and-systems-v2.0.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

WENGER, Etienne. **Cultivating communities of practice: a quick start-up guide for communities of practice**, 2002. Disponível em: <https://www.wenger-trayner.com/wp-content/uploads/2022/06/2001-EWT-Quick-start-up-guide-English.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.